

# Economia Baiana: Desempenho e Perspectivas <sup>1</sup>

Edmundo Vieira  
Ricardo Cavalcante  
Walter Macedo

## Sumário

---

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BAIANA .....</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS .....</b>	<b>6</b>
3.1	O SETOR AGRÍCOLA.....	6
3.2	O SETOR INDUSTRIAL.....	7
3.2.1	<i>Química, Petroquímica e Transformação Plástica.....</i>	<i>7</i>
3.2.2	<i>Metal-mecânica.....</i>	<i>9</i>
3.2.3	<i>Agroindústria.....</i>	<i>10</i>
3.2.4	<i>Outros Segmentos Industriais.....</i>	<i>11</i>
3.3	SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS .....	11
3.3.1	<i>Turismo .....</i>	<i>11</i>
3.3.2	<i>Comércio.....</i>	<i>12</i>
<b>4</b>	<b>ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>13</b>
4.1	PLANO PLURIANUAL 2000-2003 – PPA .....	13
4.1.1	<i>Estratégias.....</i>	<i>13</i>
4.1.2	<i>Programas Especiais.....</i>	<i>15</i>
4.1.3	<i>Eixos de Desenvolvimento.....</i>	<i>15</i>
4.2	PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DA BAHIA.....	17
4.2.1	<i>Estratégias Adotadas e Requisitos.....</i>	<i>18</i>
4.2.2	<i>Programa de Densificação Industrial e Especialização Produtiva.....</i>	<i>19</i>
4.2.3	<i>Demais Programas.....</i>	<i>21</i>
<b>5</b>	<b>PERSPECTIVAS .....</b>	<b>21</b>
5.1	PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	21
5.2	PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BAIANA.....	22
5.2.1	<i>Novos Investimentos.....</i>	<i>22</i>
5.2.2	<i>Projeções do Crescimento do PIB do Estado.....</i>	<i>23</i>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>24</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>27</b>
7.1	ANEXO 1: A BAHIA EM NÚMEROS.....	27

---

<sup>1</sup> As opiniões expressas neste documento são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente aquelas da Desenbahia ou de outras instituições eventualmente mencionadas.

7.1.1	<i>Indicadores Demográficos (IBGE – 1999)</i> .....	27
7.1.2	<i>Indicadores Econômicos (1999)</i> .....	27
7.1.3	<i>Turismo (Embratur/Bahiatursa – 1999)</i> .....	27
7.1.4	<i>Indicadores de Infra-estrutura</i> .....	27
7.1.5	<i>Indicadores Sociais</i> .....	27
7.1.6	<i>Qualidade de Vida e Saúde (1999)</i> .....	27
7.1.7	<i>Atendimento de serviços básicos (1998)</i> .....	28
7.2	ANEXO 2: EIXOS DE DESENVOLVIMENTO.....	29
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>30</b>

## **1 Introdução**

O processo de transformação do Desenbanco em Agência de Fomento, cujos aspectos formais estão praticamente concluídos, requer a geração interna dos instrumentos que permitam a sistematização de sua ação estratégica de apoio ao desenvolvimento econômico e social do estado. Desta forma, o Direcionamento Político da Agência e, conseqüentemente, o seu Planejamento Estratégico resultarão, entre outras coisas, de uma análise horizontal do desempenho recente e das perspectivas da economia baiana, assim como do conteúdo dos programas e estratégias de governo para o desenvolvimento do estado.

Além do seu uso interno no Desenbanco, conforme mencionado acima, este documento destina-se ainda àqueles que desejam um panorama ordenado e sistematizado sobre a economia do estado, uma vez que as informações ainda se encontram dispersas entre diversos órgãos e entidades.

Este documento encontra-se dividido em mais cinco seções além desta introdução. A segunda seção apresenta a evolução da economia baiana desde a década de cinquenta, quando foi implantada a Refinaria Landulpho Alves, passando pela implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari<sup>2</sup>, até o seu desempenho recente.

Na terceira seção, são apresentadas algumas considerações sobre a base econômica instalada na Bahia, com ênfase nos setores mais representativos no PIB do estado. Em seguida, na quarta seção, são discutidos dois documentos que têm servido de base para o planejamento do desenvolvimento econômico e social do estado no período recente: o “Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia”, resultado de uma parceria entre a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e o “Plano Plurianual 2000-2003: Bahia de Todos os Tempos:” (PPA), editado pela SEPLANTEC. No primeiro são expostos os principais vetores estratégicos para o desenvolvimento industrial, enquanto no segundo são fixadas as bases estratégicas para o desenvolvimento econômico e social da Bahia nos próximos quatro anos.

Na seção cinco, as perspectivas da economia baiana são discutidas, sendo apresentadas, inicialmente, as perspectivas da economia brasileira, tomando como referência os cenários macroeconômicos produzidos pelo próprio Desenbanco. Em seguida, são discutidos os cenários de mudanças na estrutura produtiva em decorrência dos novos vetores estratégicos de crescimento e o conjunto dos investimentos anunciados para a Bahia. Finalizando, são apresentadas algumas projeções preliminares para o crescimento do PIB do estado.

<sup>2</sup> Transformando o estado em um produtor de *commodities* intermediários e contribuindo para o desenvolvimento de uma infra-estrutura de serviços em torno da Região Metropolitana de Salvador.

A seção seis, como conclusão desse estudo preliminar, procura apontar os passos iniciais na definição do campo de estudos econômicos a serem realizados internamente, como subsídios à ação operacional de fomento.

Além das seções mencionadas, este documento apresenta ainda, em forma de anexo, um conjunto de informações estatísticas sobre o estado, de forma ordenada, com a indicação de suas fontes, de modo a permitir sua atualização permanente. Os anexos apresentam ainda discussões mais detalhadas sobre alguns tópicos cuja inclusão no corpo do texto principal poderia tornar sua leitura excessivamente cansativa.

Em que pese ser de inteira responsabilidade dos seus autores, este documento utilizou diversos dados e informações apresentados durante o painel “Economia Baiana: Perspectivas” no âmbito do Programa de Desenvolvimento Gerencial do Desenbanco. Neste sentido, os autores agradecem ao Diretor de Políticas Públicas da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Vladson Bahia Menezes, ao Superintendente do Instituto Miguel Calmon, Ronald Lobato e ao Superintendente de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Maurício Shimabukuro. Além disso, diversos trechos deste documento – especialmente aqueles que fazem referência aos documentos que apontam as estratégias de desenvolvimento do estado – foram integralmente extraídos das fontes indicadas no item referências bibliográficas.

## **2 Evolução da Economia Baiana**

O perfil econômico da Bahia esteve, até o início da década de 50, essencialmente associado a uma seqüência de ciclos agrícolas tradicionais, com destaque para as culturas de açúcar, fumo, fibras e cacau, mais ou menos ordenadas cronologicamente em termos de sua importância relativa na economia do estado<sup>3</sup>. A base fundiária dentro da qual se desenvolveram estas atividades – predominantemente grandes propriedades rurais de cultivo extensivo com baixos índices de mecanização e produtividade – e o seu viés exportador contribuíram para que não se criasse no estado – contrariamente àquilo que se observou na região sudeste com a cultura do café – um mercado de consumo dinâmico e uma estrutura produtiva baseada em empreendimentos de menor porte. Se por um lado esta configuração contribuiu para desenvolver em Salvador uma estrutura básica de oferta de serviços – predominantemente comerciais –, não há como negar, por outro lado, que é justamente nela que vão se encontrar as bases que explicam a elevada concentração regional observada na economia baiana até hoje.

O movimento desenvolvimentista aprofundado no Brasil na década de cinquenta, de caráter nacionalista e fundamentado no processo de substituição de importações, teve efeitos significativos sobre a economia do estado, afetando a sua matriz produtiva de forma irreversível. É, portanto, durante a década de cinquenta, com a crescente importância das atividades de planejamento econômico e a consolidação da Bahia como importante produtor de petróleo, que seria dado o impulso ao desenvolvimento industrial do estado com a decisão de implantar, em Mataripe, a Refinaria Landulpho Alves. Neste momento são lançadas as bases para o desenvolvimento da infra-estrutura física e de serviços no

<sup>3</sup> Evidentemente que a predominância de uma atividade não elimina as demais. Além disso, é válido notar que já no século XVIII estabelecia-se na Bahia uma espécie de distribuição regional das atividades agrícolas conforme o seguinte esquema:

Recôncavo, para a cana-de-açúcar;  
Jaguaribe e Camamu, para a farinha de mandioca;  
Tabuleiros ou Areais, para fumo e mandioca;  
Sertão, para o gado.

estado e para a implantação de uma indústria mecânica local. Estes eventos caracterizam aquilo que se convencionou chamar de primeiro ciclo de desenvolvimento da Bahia.

São as condições engendradas no primeiro ciclo que terminarão lançando as bases para o segundo, com a implantação, na década de setenta<sup>4</sup>, do Pólo Petroquímico de Camaçari, na medida em que a consolidação da indústria do petróleo viria a representar, implicitamente, a caracterização de uma vocação industrial sustentada pela disponibilidade de insumos petrolíferos (nafta, gásóleo e gás natural)<sup>5</sup>. Sem dúvida, a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari terá um impacto decisivo sobre o perfil econômico do estado e caracterizará sua economia como produtora de bens intermediários<sup>6</sup>. Assim, do ponto de vista de sua indústria, pode-se afirmar que a Bahia montou, entre as décadas de cinquenta e oitenta, uma estrutura complementar ao parque produtivo instalado no sudeste e sul do país.

É oportuno destacar o significativo papel desempenhado pelo Estado nos dois primeiros ciclos de desenvolvimento da Bahia. Com efeito, é na Bahia, mais precisamente durante a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que se estabelece o paradigma do modelo de industrialização perseguido naquele momento: o tripé constituído pela empresa estatal, pela empresa estrangeira e pela empresa nacional.

Durante a década de oitenta, entretanto, o modelo de industrialização por substituição de importações dá sucessivos sinais de esgotamento, entre os quais a queda do PIB per capita do país no período 1980-1992<sup>7</sup>. Com efeito, entre 1980 e 1992, o país consegue surpreender ortodoxos e heterodoxos ao combinar, de maneira prolongada, recessão e inflação, incorrendo num fenômeno conhecido como estagflação. A Bahia, assim como a Região Nordeste de uma forma geral, sofre mais intensamente os efeitos da crise da década de oitenta e os impactos da abertura comercial do início da década de noventa, e assiste, partir deste momento, uma queda na sua participação relativa no PIB brasileiro, conforme evidenciado na Figura 1 abaixo:

---

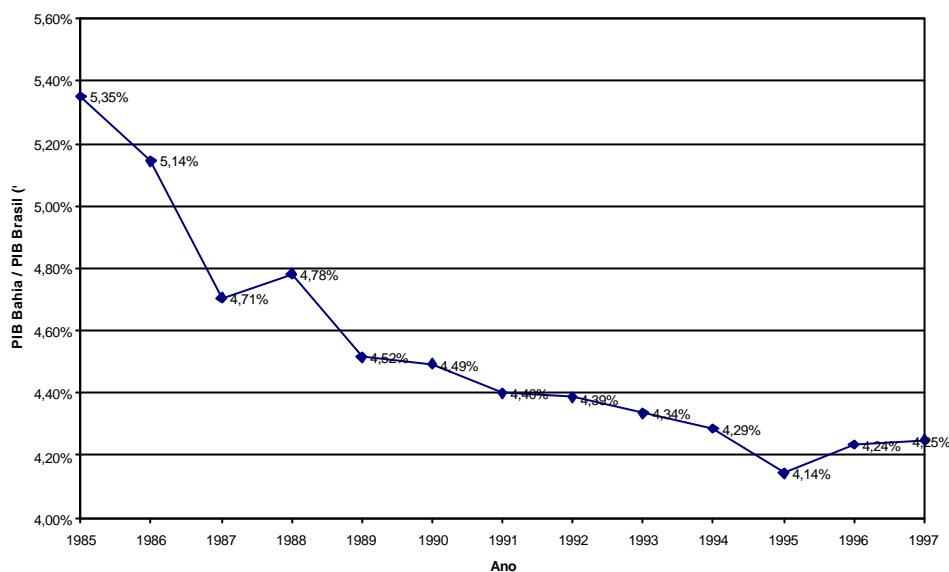
<sup>4</sup> Especificamente no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

<sup>5</sup> A bem da verdade, este ciclo já se esboçara anteriormente, com a implantação do Centro Industrial de Aratu, que se beneficiou da disponibilização de uma infra-estrutura de distrito industrial e dos incentivos da Lei nº 3.418, posteriormente transformada no FINOR.

<sup>6</sup> Para se ter uma idéia do papel ainda hoje desempenhado pelo Pólo Petroquímico de Camaçari na economia baiana, basta mencionar que somente ele responde por cerca de 50% do valor agregado bruto da produção industrial do estado.

<sup>7</sup> Durante este período, a renda *per capita* do país cai 8%, em virtude de um aumento de apenas 16% do PIB contra um crescimento populacional de 26% (Pinheiro, 1995).

Figura 1: Participação Relativa do PIB da Bahia no PIB do Brasil



Fonte: SEI / IBGE

Alguns diagnósticos recentes<sup>8</sup> registram que a queda da participação relativa do PIB do estado no PIB do país estaria inserida num processo mais amplo, ocorrido durante as décadas de oitenta e noventa, caracterizado por uma fase reconcentração do desenvolvimento regional e pela criação de um polígono de desenvolvimento que iria de Minas Gerais até a Região Sul do país. Estes diagnósticos atribuem a reversão da desconcentração observada no período aos seguintes fatores:

- A década de oitenta foi caracterizada pelo fim do ciclo de industrialização do II PND, tendo ocorrido, a partir daí, uma natural desaceleração;
- Neste mesmo período, a ênfase no combate à inflação reduz a importância do planejamento e da intervenção do governo no desenvolvimento, além de comprometer a atuação dos mecanismos institucionais de desenvolvimento regional como a Sudene e o Banco do Nordeste.

A partir deste diagnóstico, desencadeia-se então uma política de desenvolvimento baseada na implantação de uma indústria de bens finais, espacialmente desconcentrada e processadora dos insumos básicos ofertados localmente, que caracteriza o chamado terceiro ciclo de desenvolvimento da Bahia. Uma intensa mobilização para atração de capitais privados por meio da concessão de incentivos fiscais inaugura uma fase de expansão da produção de bens finais na Bahia, cujos efeitos já podem ser percebidos através de uma lenta mas sustentável recuperação da participação relativa do PIB do estado no PIB do Brasil. Estudo publicado pela SEI (Carneiro e Vieira, 1997), por exemplo, separa esquematicamente os períodos 90/93 (caracterizado pela assimilação dos processos de abertura comercial e desregulamentação econômica, cujos impactos iniciais sobre economias menos industrializadas parece ter sido mais desfavorável) e 94/96 (caracterizado por uma expansão do consumo resultante da estabilização monetária obtida com o Plano Real), como representativos do que ocorreu com a economia baiana nos anos 90.

<sup>8</sup> C.f. apresentação do Diretor de Políticas Públicas da SEPLANTEC, Vladson Menezes citando Clélio Campolina.

### 3 Principais Atividades Econômicas

---

Uma vez apresentados, em linhas gerais, os ciclos de desenvolvimento da economia do estado, é possível agora discutir mais detalhadamente a formação da sua base econômica, particularmente dos seus segmentos mais dinâmicos, e o seu desempenho recente à luz das transformações iniciadas no país a partir de 1990. De acordo com dados da SEI (Bahia em Números, 1999) referentes ao ano de 1998, o setor primário representa 10,3% do PIB do estado, enquanto as participações dos setores secundário e terciário correspondem a 38,4% e 51,3%, respectivamente.

#### 3.1 O Setor Agrícola

---

O desempenho da agricultura baiana na década de noventa pode ser caracterizado como instável, tendo apresentado grandes flutuações no valor da produção e alternância de boas e más safras no período. De acordo com Couto Filho e Nascimento (1999), as maiores dificuldades do setor estão relacionadas à estrutura de financiamento e comercialização e aos fatores climáticos, cujos efeitos negativos são potencializados nas regiões estruturalmente mais frágeis. As regiões mais dinâmicas e alavancadas por fatores tecnológicos são o Oeste, com as culturas de soja e café, e o Médio São Francisco, com a fruticultura irrigada.

A partir de 1995, intensifica-se a ação governamental de estímulo à agropecuária, através de ações da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) e do Banco do Nordeste, tendo sido aportados cerca de R\$ 700 milhões no período 1995/98. Estes recursos foram aplicados principalmente em programas de melhoria de competitividade nos negócios, na recuperação e modernização de importantes setores agropecuários (cacau, café e pecuária), na implementação de projetos de desenvolvimento sustentável e ainda no direcionamento de recursos emergenciais para áreas atingidas pela seca.

Em 1998, o setor primário representou 10,3% do produto gerado pela economia baiana (Bahia em Números, 1999), concentrando-se essencialmente nos cultivos de soja, café, milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e cacau. O Valor Bruto da Produção situou-se em torno de R\$ 4,6 bilhões e a safra de grãos, a mais importante, foi de 2,6 milhões de toneladas (Couto Filho e Nascimento, 1999). O produto exclusivamente agrícola foi de cerca de R\$ 3,0 bilhões, 20% superior ao do ano de 1998, crescimento este induzido principalmente pela exportação de grãos, beneficiada pela desvalorização cambial.

Se por um lado a desvalorização do real tornou mais competitivos os produtos voltados para a exportação, por outro provocou uma elevação de alguns custos de produção, especialmente aqueles relacionados com os insumos importados<sup>9</sup>. Desta forma, a elevação destes custos e os baixos preços de *commodities* agrícolas hoje observados no mercado internacional devem induzir um menor crescimento da renda gerada pelo setor durante o ano 2000, de acordo com projeções indicadas por Couto Filho e Nascimento (1999).

O complexo soja-carne na região dos cerrados baianos é dos mais dinâmicos do segmento no estado. A cultura da soja cresceu vertiginosamente, tendo elevado a produção de 76 mil toneladas em 1984 para cerca de 1 milhão de toneladas em 1994, enquanto a produtividade praticamente dobrou no mesmo período, passando de 1.200 Kg/ha para 2.048 Kg/ha (Gazeta da Bahia, 04/05/2000). Um conjunto de fatores tem contribuído para o

---

<sup>9</sup> De acordo com dados de Couto Filho e Nascimento (1999, p. 37), 70% dos adubos consumidos no país são importados.

desenvolvimento da região dos cerrados: a aplicação de tecnologias na superação da baixa fertilidade e acidez dos solos (desenvolvimento de novos materiais genéticos, rotação de culturas e aplicação de fertilizantes), a disponibilidade de vastas áreas de terra ofertadas a baixo custo e a proximidade do São Francisco possibilitando investimentos em canais de dragagem e irrigação.

A Bahia responde por 25% das exportações brasileiras de frutas *in natura* ou sob a forma de sucos (Gazeta da Bahia, 04/05/2000). Suas vantagens competitivas são a disponibilidade de terra barata, oferta de mão-de-obra a baixo custo, topografia e condições climáticas favoráveis e grande potencial para irrigação. Sobressaem-se as culturas de laranja, mamão, uva, abacaxi, maracujá, melancia, manga e melão, principalmente na região de Juazeiro. Outras regiões apresentam potencial para a fruticultura, a exemplo do Vale do São Francisco, Litoral Norte, Oeste, Vale do Paraguaçu e Extremo-Sul. A questão logística tem fragilizado a fruticultura baiana nos seus aspectos de integração estratégica com a economia do estado, face a sua posição em relação a estados limítrofes, levando à integração das regiões produtoras baianas com os sistemas logísticos de outros estados, devido aos problemas viários e de infra-estrutura portuária e retroportuária da Bahia.

Uma das culturas de maior complexidade é a do cacau, que atravessa a maior crise da sua história, especialmente por sua baixa produtividade (opera com custos 80% superiores aos dos países africanos produtores), incompatível com os preços internacionais, e por sua fragilidade às pragas.

### **3.2 O Setor Industrial**

O setor secundário, representando 38,4% do PIB do estado em 1998 (Bahia em Números, 1999), incorpora as características já mencionadas na seção dois deste documento, quais sejam: a predominância da produção de insumos intermediários; a concentração dos empreendimentos na Região Metropolitana de Salvador (RMS); a dependência dos mercados do Sul e Sudeste para colocação da produção internamente; e a dependência das flutuações dos preços de *commodities* constantes da sua pauta. Em paralelo, em virtude do fato de ser o menos enraizado em termos locais, o setor industrial tem ocupado posição de destaque nas estratégias de atração de investimentos do estado. Com efeito, de acordo com dados da publicação “Tendências da Economia Baiana” (Bahia, Seplante, 2000, p. 221), dos R\$ 16,0 bilhões em investimentos previstos para o estado no período 2000/2003, apenas a indústria de transformação responde por R\$ 10,7 bilhões, equivalentes a 66,9% do total.

#### **3.2.1 Química, Petroquímica e Transformação Plástica**

##### **3.2.1.1 Química e Petroquímica**

Com 47,6% da produção da indústria de transformação em 1998 (Bahia em Números, 1999, p. 64) e 33,0% das exportações em 1999 (Informativo do Comércio Exterior da Bahia, 2000, p. 15) da Bahia, o setor químico e petroquímico tem suas atividades no estado concentradas no Pólo Petroquímico de Camaçari, que iniciou a sua operação em 1978, contando hoje com investimentos totais estimados em US\$ 8 bilhões<sup>10</sup> e respondendo pelo suprimento de 50% da produção nacional de produtos petroquímicos (FIEB, 1998, p. 25). São produzidas cerca de 2,4 milhões de toneladas/ano de petroquímicos básicos<sup>11</sup>

<sup>10</sup> De acordo com dados disponibilizados na home page do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari.

<sup>11</sup> Majoritariamente, etileno, propileno e aromáticos.

destinados ao suprimento de cerca de 40 indústrias de segunda geração petroquímica<sup>12</sup> ou à exportação. A capacidade de produção de etileno, principal matéria-prima básica para o setor de termoplásticos e normalmente utilizada como referencial do porte de complexos petroquímicos, é de 1,2 milhão de toneladas/ano (Comitê de Fomento Industrial de Camaçari).

Na sua concepção física, o Complexo Petroquímico conta com uma central de matérias-primas que disponibiliza para as empresas de segunda geração toda a gama de produtos petroquímicos básicos requerida. A sua operação é de responsabilidade da Copene – Petroquímica do Nordeste S.A. –, que também opera uma central responsável pelo fornecimento de utilidades (água tratada, vapor, energia elétrica e gases industriais) para todas as empresas do complexo, proporcionando significativa economia de escala na geração destes insumos auxiliares.

A decisão de implantar na Bahia a indústria petroquímica remonta à época da concepção do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no final dos anos 60, embora a sua efetivação tenha ocorrido já no âmbito do II PND, quando o processo de substituição de importações volta-se para a produção local de bens de capital e insumos intermediários. A par do forte apelo da desconcentração industrial, a Bahia reunia condições outras de atratividade de um parque petroquímico, entre as quais, obviamente, destacava-se a disponibilidade local de matérias-primas derivadas do refino do petróleo. O processo de implantação foi conduzido sob a liderança do braço petroquímico da Petrobrás, a Petroquisa, e, portanto, do Governo Federal, mediante um modelo de financiamento que mobilizou capitais estatais, privados nacionais e privados estrangeiros, que assumiram iguais participações de um terço do total dos empreendimentos, caracterizando o modelo tripartite, paradigma da industrialização conduzida no âmbito do II PND.

Em relação às perspectivas de crescimento do Pólo Petroquímico, destaca-se a implantação do complexo industrial da Monsanto, em Camaçari, com investimento previsto de R\$ 990 milhões, finalização prevista para 2003 e produção estimada de 120 mil t/ano de diversas matérias-primas e 25 mil t/ano de herbicidas. O projeto é o maior da Monsanto fora dos Estados Unidos e o primeiro do Hemisfério Sul com o seu perfil de produção (Gazeta da Bahia, 04/05/2000). No total, estão previstos investimentos de R\$ 1,95 bilhão no setor no período 2000/2003 (Uderman, 2000, p. 100).

### **3.2.1.2 A Indústria de Transformação Plástica**

Estima-se que a indústria de transformação plástica no estado englobe 65 empresas em atividade, que transformam cerca de 105 mil t/ano de produtos petroquímicos de segunda geração. Assim, a produção local representa um volume inferior a um quarto da demanda do estado, de tal forma que a quase totalidade dos produtos petroquímicos de uso final consumidos na Bahia é procedente de outros estados da Federação<sup>13</sup>.

Os principais bens produzidos localmente são tubos, conexões, lonas e laminados plásticos, sacos de rafia, espumas, estofados, travesseiros e colchões, embalagens, garrafas e copos plásticos. O processo de extrusão predomina na produção de tubos para construção civil e

<sup>12</sup> Entende-se como primeira geração a produção dos petroquímicos básicos, por segunda geração a transformação destas matérias primas em resinas termoplásticas e elastômeros e por terceira geração a transformação plástica.

<sup>13</sup> Neste caso, fala-se em “turismo molecular” para caracterizar o processo de transformação de resinas produzidas no estado em bens de consumo o final no eixo Sul - Sudeste do país. Estes produtos, de maior valor agregado, retornam então para consumo no estado.



ráfia, com uma oferta de 3.500 t/mês, e na produção de filmes de polietilenos (cerca de 1.000 t/mês) para atender os mercados de alimentos, supermercados, fertilizantes e bebidas. O processo de moldagem por sopro responde por uma produção aproximada de 800 t/mês, voltada predominantemente para a produção de embalagens utilizadas nos setores de limpeza e higiene, engarrafamento de água mineral, refrigerantes e sucos. Há também uma atividade incipiente na produção de engarrafados para bebidas, equipamentos de segurança, utilidades domésticas e, mais recentemente, de embalagens PET para bebidas. As indústrias do setor estão espalhadas pelo estado, principalmente na RMS (Centro Industrial de Aratu, Pólo Petroquímico e zonas urbanas da periferia de Salvador), Centro Industrial de Subaé, em Feira de Santana, e em alguns outros municípios (Itabuna e Vitória da Conquista).

Na época da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari já havia sido explicitada a intenção de se estabelecer uma indústria de transformação a jusante do Complexo Básico. Porém, os resultados obtidos ficaram aquém do desejado, uma vez que, do ponto de vista estritamente empresarial, a decisão pelo Sul e Sudeste do país revelava-se mais competitiva, dado que a proximidade do mercado consumidor favorecia a transformação plástica naquela região. Para a Bahia, a transformação plástica representa a possibilidade de encadeamento vertical perseguida, evitando a excessiva exposição a flutuações dos preços de *commodities*, gerando mais emprego, absorvendo tecnologia, incorporando design e incentivando empresas de menor porte. Por esta razão o setor tem aparecido sistematicamente nas diretrizes estratégicas de desenvolvimento econômico e conta com investimentos programados da ordem de R\$ 733 milhões no período 2000/2003 (Uderman, 2000, p. 100).

### 3.2.2 *Metal-mecânica*

O segmento metal-mecânico, que compreende os setores de metalurgia e a indústria mecânica, é o segundo em importância na indústria de transformação do estado<sup>14</sup>. Na Bahia, o setor metalúrgico especializou-se na produção de *commodities* siderúrgicos básicos e na metalurgia de não-ferrosos, destacando-se os produtos derivados do cobre, alumínio e ferroligas. A indústria mecânica foi impulsionada pelos ciclos de desenvolvimento industrial, inicialmente pela atividade de refino de petróleo e, posteriormente, pelo Centro Industrial de Aratu e Pólo Petroquímico de Camaçari.

A crise do início dos anos noventa teve impactos negativos sobre o setor metalúrgico, que, ao longo da década, procurou adaptar-se ajustando sua produção por meio, inclusive, da paralisação de unidades. A inevitável reestruturação deu-se com ênfase na modernização tecnológica, redução de custos e melhorias de escala.

Atualmente, a grande perspectiva para o setor é a implantação de um pólo automobilístico na Bahia, em função do regime automotivo especial que concedeu incentivos às montadoras que se instalassem nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O principal resultado deste programa é o projeto Amazon Ford, que prevê investimentos de R\$ 2,15 bilhões (Uderman, 2000, p. 102) na unidade da Ford e em mais 17 empresas fornecedoras de partes, peças, componentes e serviços. Outros investimentos são previstos, destacando-se a modernização e ampliação da planta da Caraíba Metais visando ampliar a produção exportável e atender o suprimento interno de cobre eletrolítico, além de iniciar a operação de uma unidade de trefilação que produzirá fio de cobre, essencial ao suprimento das

<sup>14</sup> De acordo com dados da SEI (Bahia em Números, 1999, p. 64), apenas a metalurgia responde por 16,8% da produção da indústria de transformação na Bahia.

indústrias de transformação que se pretende atrair para o estado no âmbito do programa Pró-Cobre. A revitalização esperada para o setor mecânico relaciona-se, portanto, à perspectiva do desenvolvimento da indústria de autopeças no entorno do pólo automobilístico em Camaçari. No período 2000/2003 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 2,6 bilhões no setor (Uderman, 2000, p. 102).

### 3.2.3 Agroindústria

Na estrutura da indústria de transformação do estado, a agroindústria ocupa a terceira posição no ranking geral, correspondendo a 16,5% do total<sup>15</sup>. O crescimento do segmento no período recente foi parcialmente comprometido em função da crise da lavoura cacaueteira e conseqüente perda de grande parte do seu segmento de transformação industrial. Por outro lado, a dinamização das cadeias de grãos/carnes no oeste baiano e da produção frutícola na região de Juazeiro têm contribuído para um incremento de suas atividades no estado.

No total, estão previstos, para o segmento agroindustrial como um todo, investimentos de R\$ 4,6 bilhões no período 2000/2003 (Bahia, Seplantec, 2000, p. 252). Este valor considera investimentos na cadeia agroindustrial, e, por esta razão, dele fazem parte os investimentos estimados para a implantação da Veracel e da Monsanto, que do ponto de vista metodológico, pertencem aos setores madeireiro e químico/petroquímico, respectivamente. Como reflexo do desenvolvimento das regiões Oeste e do Médio São Francisco, a maioria dos projetos (36,9%) está localizada no eixo São Francisco, que contém estas duas regiões (embora este percentual caia para apenas 13,8% se se considerarem os montantes investidos, justamente em função da concentração dos investimentos nos empreendimentos mencionados acima).

#### 3.2.3.1 Papel e Celulose

O setor de papel e celulose detém a quarta posição no setor de transformação industrial da Bahia (3,9%, de acordo com dados da SEI, Bahia em Números, 1999, p. 64) e a segunda posição no ranking das exportações (15,2%, de acordo com dados do Informativo do Comércio Exterior da Bahia, 2000, p. 15). Os investimentos anunciados para o segmento no período 2000/2003 alcançam R\$ 2,16 bilhões (Uderman, 2000, p. 100). O principal fator de atratividade desses investimentos são os altos rendimentos decorrentes dos níveis de produtividade excepcionais obtidos na região, situando o custo de produção de eucalipto em US\$ 300/t, extremamente competitivo face à média internacional de US\$ 510/t (FIEB, 1998, p. 30). Isso se deve à qualidade do solo, às condições climáticas favoráveis (clima quente e úmido), à disponibilidade de terras baratas e topografia plana favorável à mecanização.

A verticalização pretendida para o setor fundamenta-se nos planos de aproveitamento de *commodities* para a produção de papel e ao desenvolvimento da indústria de móveis, intensiva em mão-de-obra. O principal projeto previsto para o segmento é o da Veracel Celulose, que corresponde a 91,9% do total dos investimentos projetados para o setor.

---

<sup>15</sup> Considerando produtos alimentares e bebidas (Bahia em Números, 1999, p. 64).

### **3.2.4 Outros Segmentos Industriais**

A política de concessão de incentivos fiscais como forma de atração de investimentos conseguiu viabilizar o desenvolvimento de dois importantes segmentos industriais hoje com boa representatividade na matriz produtiva do estado: informática e calçados.

#### **3.2.4.1 Segmento de Informática**

O pólo de informática de Ilhéus responde por cerca de 10% da produção nacional de microcomputadores (Uderman, 2000, p. 128)<sup>16</sup>, pretendendo-se que, até 2003, esse percentual eleve-se para 25% de acordo com declaração do Secretário da Indústria, Comércio e Mineração à Gazeta Mercantil (Gazeta da Bahia, 04/05/2000). Os investimentos já realizados alcançam R\$ 93 milhões, aplicados em 12 empreendimentos, gerando 970 empregos diretos (Carneiro, 1999, apud Uderman, 2000, p. 127). Outras empresas já têm projetos para a região, contemplando produzir, além dos computadores pessoais, *notebooks*, servidores e implementos para redes, equipamentos para TV a cabo e produtos para automação industrial.

#### **3.2.4.2 Calçados**

O segmento de calçados, contrariamente ao que ocorreu com o de informática, distribuiu suas unidades produtivas em várias regiões do estado, iniciando pelo Sudoeste (Itapetinga e Jequié) e espraiando-se para outras regiões (Recôncavo, Litoral Norte, Extremo Sul e micro-região de Feira de Santana). Considerados os investimentos já realizados e os protocolos de intenção firmados com o Governo do Estado, os investimentos alcançariam US\$ 263 milhões, o que significaria a geração de 35 mil empregos diretos e 100 mil indiretos com os projetos a plena carga (Gazeta da Bahia, 04/05/2000).

### **3.3 Setor de Comércio e Serviços**

#### **3.3.1 Turismo<sup>17</sup>**

A Bahia conta com 14 pontos de atração turística e ocupa o segundo lugar no ranking nacional, tendo registrado, em 1999, a entrada de cerca de 4 milhões de visitantes (Gazeta da Bahia, 04/05/2000). Salvador lidera como centro de destinação, atraindo tanto o turista de lazer quanto aquele participante de congressos, convenções e negócios (cerca 1,8 milhão de visitantes em 1999); em seguida, vem Porto Seguro (1 milhão de visitantes no mesmo ano) voltada principalmente para o lazer. Além dessas duas destinações, destacam-se também a Chapada Diamantina, Morro de São Paulo, Litoral Norte e Extremo Sul.

O plano de desenvolvimento do turismo, iniciado em 1991 com previsão de aplicação de recursos da ordem de US\$ 2,3 bilhões em obras públicas, fundamenta-se essencialmente na atração de recursos privados, cabendo ao Governo do Estado a oferta da infra-estrutura necessária (mão-de-obra, saneamento, malha viária, preservação do patrimônio histórico e cultural, etc.), principalmente através do Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo. A meta é atrair cerca de 5 milhões de visitantes até 2005 e tornar o estado a principal destinação turística do país. Atualmente, cerca de 92,8% dos visitantes são nacionais. A opção empresarial pelo desenvolvimento de mega-projetos turísticos, com

<sup>16</sup> Dados publicados pela Gazeta Mercantil (Gazeta da Bahia, 04/05/2000) indicam que o Pólo de Ilhéus seria responsável por 15% da produção nacional de microcomputadores, já tendo havido investimentos da ordem de R\$ 125 milhões, gerando 1.900 empregos diretos em 20 empresas instaladas.

<sup>17</sup> Os dados apresentados nesta seção foram extraídos da Gazeta Mercantil (Gazeta da Bahia, 04/05/2000).

destaque para o Complexo Costa de Sauípe (Litoral Norte) e o Complexo Terravista-Club Med (Porto Seguro), sinaliza o processo de sofisticação do setor em busca do turista de alto poder aquisitivo e dos empresários e executivos em turismo de negócios. Somente o Complexo Costa de Sauípe representa investimento inicial de US\$ 200 milhões.

### 3.3.2 *Comércio*

O comércio baiano tem sido afetado pelos mesmos fenômenos que vêm redesenhando o perfil do comércio no Brasil:

- Crescimento do comércio informal;
- Desaparecimento de algumas grandes lojas de departamentos, em processos de falências;
- Processos de fusões e aquisições de redes de supermercados;
- Absorção do mercado do pequeno varejo como mercearias e mercadinhos pelas grandes redes de supermercados;
- Surgimento do ainda incipiente comércio eletrônico via Internet.

O crescimento do comércio informal, conseqüência do alto desemprego especialmente na RMS, configura uma concorrência que afeta diretamente o segmento varejista de produtos populares. Segundo estudo da SEI (Desempenho da Economia Baiana 1999 e Tendências para 2000), grandes redes varejistas com lojas de rua têm perdido fatias de mercado para o comércio informal.

Entre as lojas de departamentos, nenhuma tem sede na Bahia, sendo, portanto, o fenômeno dos múltiplos processos de falências resultante de uma crise em nível nacional, geralmente atribuído à política monetária do governo (juros elevados e contração do crédito) e a modelos de gestão inadequados ao processo de adaptação às mudanças na economia.

Um outro impacto sofrido pelo comércio em geral tem sido o resultante da dinâmica de crescimento dos supermercados, que representavam cerca de 35% do comércio varejista na RMS em 1999 (Desempenho da Economia Baiana 1999 e Tendências para 2000). Este segmento migrou para um perfil de oferta que disponibiliza produtos típicos de lojas especializadas, a exemplo de pneus, material escolar e eletroeletrônicos, incorporados ao seu padrão normal de fornecimento. O setor vem mantendo estabilidade nas vendas, mesmo ao longo do período crítico após a crise cambial de 1999. Uma característica marcante tem sido o processo de fusões e aquisições, que concentrou, em nível nacional, 40% das vendas dos supermercados nos cinco maiores grupos do setor. Este processo vem se repetindo na Bahia.

Os supermercados vêm representando um fator de enfraquecimento do pequeno varejo voltado para o comércio de alimentos em geral, na medida em que absorve a sua clientela, com a oferta de melhores preços, produtos higienizados e, provavelmente, o fácil processo de escolha/pagamento/embalagem, que torna impessoal e mais rápido o tempo dedicado à compra.

O comércio eletrônico, que tem apresentado elevadas taxas de crescimento no país, é um outro vetor de extrema importância, mobilizando diversos segmentos, incluindo pequenos supermercados, farmácias, restaurantes e uma gama diversa de produtos e serviços.

## **4 Estratégias de Desenvolvimento**

---

### **4.1 Plano Plurianual 2000-2003 – PPA**

---

O PPA sistematiza o conjunto de estratégias, políticas, diretrizes e programas que vão orientar as ações do Governo do Estado no quadriênio 2000/2003. O documento expressa como meta, na questão do desenvolvimento econômico, a transformação do estado em uma região próspera, com um parque produtivo integrado e desconcentrado espacialmente, produzindo bens finais de consumo através do processamento da oferta local de insumos intermediários e da atração de investimentos em novos segmentos industriais.

O desenvolvimento social é abordado através da qualificação para o trabalho, identificada como instrumento que permitiria à população excluída o acesso aos frutos do desenvolvimento econômico pretendido. Essa consideração levou ao estabelecimento da educação como a maior prioridade do Governo nos próximos quatro anos, especialmente o ensino fundamental.

#### **4.1.1 Estratégias**

Na elaboração do PPA, foram estabelecidas quatro estratégias fundamentais:

- Um salto de qualidade na vida dos baianos;
- Crescer, desconcentrar e diversificar;
- Promover a expansão das bases produtivas;
- Aprofundar e consolidar a modernização do estado.

##### **4.1.1.1 Um salto de qualidade na vida dos baianos**

A implementação desta grande estratégia, essencialmente relacionada com funções exclusivas do Estado, visa tornar efetiva a idéia de distribuição dos frutos do desenvolvimento econômico. O seu principal instrumento é a política educacional, definida como parâmetro básico para o esforço de desenvolvimento. O outro conjunto de ações associadas a esta estratégia relaciona-se com as políticas públicas de saúde, saneamento, habitação, preservação ambiental, segurança pública, cultura e cidadania.

Oito blocos de políticas foram alinhados e dão uma idéia do alcance da estratégia:

- Educar para vencer;
- Indústria cultural;
- Saúde;
- Saneamento e recursos hídricos;
- Planejamento urbano e habitação;
- Agendas ambientais;
- Segurança, justiça e cidadania;
- Ação direta pela inclusão social

##### **4.1.1.2 Crescer, desconcentrar e diversificar**

O fundamento desta definição estratégica está na excessiva concentração do desenvolvimento econômico na RMS. O que se pretende é o direcionamento de parte dos novos investimentos para diversas regiões do estado em função de suas vocações

econômicas, dotando-as da infra-estrutura necessária e criando os estímulos fiscais e financeiros adequados.

O que se diagnosticou foram os contrastes excessivos existentes entre as diversas regiões da Bahia, convivendo, lado a lado, realidades radicalmente diversas, a exemplo do que se observa comparando-se a RMS com a região do Semi-árido: na primeira, observam-se as condições estabelecidas para novos ciclos de prosperidade, enquanto na segunda, o que se percebe é a total ausência de perspectivas de transformação de uma dura realidade econômica e social.

Como resultado deste diagnóstico, o governo expressa no PPA o propósito de orientar o processo de desenvolvimento através de políticas de desconcentração industrial, expansão da fronteira agrícola e criação de condições regionais para atração de novos investimentos.

#### **4.1.1.3 Promover a expansão das bases produtivas**

Esta estratégia relaciona-se com a diversificação e consolidação das cadeias produtivas, visando transformar o perfil da economia baiana, de produtor de *commodities* industriais e agrícolas, para produtor de bens finais de consumo. O seu impacto será maior nos segmentos químico/petroquímico e de alimentos (segmentos tradicionais) e nos novos segmentos industriais (automobilístico, eletro-eletrônicos, calçados, têxteis e confecções).

A ênfase na transformação industrial de bens finais justifica-se por duas razões principais: i) maior agregação de valor ao produto estadual; ii) maior absorção de mão-de-obra, com positivo impacto social. Os seguintes segmentos de atividade são especificamente contemplados por esta estratégia, com a definição das diretrizes políticas para seu desenvolvimento como setores prioritários:

- Desenvolvimento científico e tecnológico;
- Pedras ornamentais;
- Turismo;
- Comércio Exterior;
- Agropecuária.

#### **4.1.1.4 Aprofundar e consolidar a modernização do estado**

O objetivo explícito desta estratégia é a superação do estado burocrático e o desenvolvimento do chamado “estado gestor”. Isto será alcançado através do aprofundamento de um processo já iniciado de retirada do Estado da atividade econômica, concentrando seus esforços na coordenação do desenvolvimento, na regulação e controle das atividades concedidas à iniciativa privada e na operacionalização de funções próprias do Estado moderno (saúde, educação, segurança e justiça).

Essa reforma já vem se processando há alguns anos através do enxugamento da máquina administrativa, da privatização de grandes empresas estaduais e do ajuste fiscal. O que se pretende é o aprofundamento da reforma, incorporando novas tecnologias de trabalho visando maior eficiência na prestação de serviços, formação de novos quadros para o setor público (programa de formação de gestores) e consolidação de um novo modelo de gerenciamento da coisa pública, com transparência e responsabilidade.

#### **4.1.2 Programas Especiais**

Além dessas quatro estratégias, o PPA dá ênfase a três programas especiais e a uma nova conceituação de repartição espacial para fins de gestão do desenvolvimento econômico. Os três programas especiais são Cidades-Líderes, Faz Cidadão e Sertão Forte. O conceito novo de repartição espacial é o de Eixos de Desenvolvimento.

##### **4.1.2.1 Cidades Líderes**

Sua diretriz é promover a interiorização do desenvolvimento econômico a partir das 25 maiores cidades do estado (excluídos os municípios da RMS). Estas cidades, todas elas de porte médio e estrategicamente localizadas, serão transformadas em pólos de irradiação do desenvolvimento econômico e social para toda a região sob sua influência.

A implementação do programa será efetivada com a implantação e/ou reforço da infraestrutura econômica, melhoria do sistema educacional e de formação de mão-de-obra e preparo do aparato administrativo municipal para a gestão de programas de incentivos. Com isto, espera-se induzir um fluxo adequado de investimentos e a diversificação da base produtiva nestas regiões.

##### **4.1.2.2 Faz Cidadão**

Este programa tem como objetivo elevar o nível de desenvolvimento dos 100 municípios do estado com menores indicadores econômicos e sociais, reduzindo os índices de pobreza através de ações integradas nas áreas de saúde, educação, segurança pública, trabalho e infraestrutura.

##### **4.1.2.3 Sertão Forte**

O programa Sertão Forte é voltado para o semi-árido baiano, que representa 64% do seu território, e é permanentemente assolado pela seca. O que se pretende é aplicar um conjunto de políticas integradas para articulação de projetos governamentais relacionados à geração de renda na região e à criação de condições para convivência do homem com o seu meio ambiente.

#### **4.1.3 Eixos de Desenvolvimento**

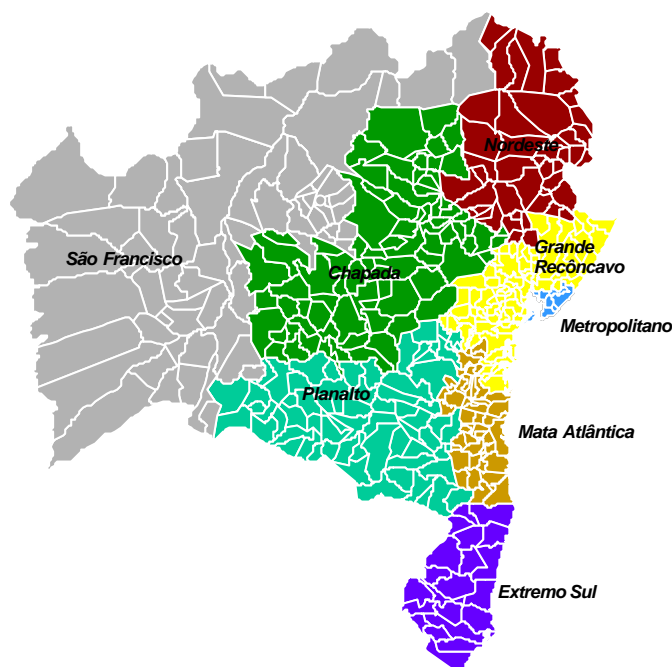
Para subsidiar a execução de sua política de desenvolvimento no próximo quadriênio e a elaboração e execução dos planos e orçamentos, o Governo do Estado definiu os chamados Eixos de Desenvolvimento levando em consideração os corredores de circulação da produção no estado. Assim, estes eixos representam uma nova divisão geoeconômica da Bahia mais apropriada ao papel de estímulo à atividade econômica atribuído ao Estado no período recente<sup>18</sup>.

A Figura 2 identifica os oito eixos de desenvolvimento definidos para a Bahia, e suas principais características são apontadas na Tabela 1:

---

<sup>18</sup> Para uma discussão detalhada do conceito de eixos de desenvolvimento, ver o Anexo 2.

Figura 2: Eixos de Desenvolvimento da Bahia



Fonte: Plano Plurianual 2000-2003, p. 15.

Tabela 1: População, Renda, Principais Atividades Econômicas e Corredores de Escoamento dos Eixos de Desenvolvimento

Eixo de Desenvolvimento	População (% do Estado)	Renda (% do Estado)	Principais Atividades Econômicas	Principais Corredores de Escoamento da Produção
São Francisco	12%	6%	Produção de Frutas e Grãos, principalmente soja, milho e feijão.	BR-242 e BR-349.
Chapada	13%	2,6%	Turismo, cafeicultura e horticultura irrigada (em menor escala a cunicultura, a apicultura, a floricultura, a fruticultura irrigada, agropecuária, extração de ouro e pedras semipreciosas).	BR-242 e BA-052.
Extremo Sul	5%	4%	Papel e celulose, agropecuária e policultura (mamão, café, côco, abacaxi, melancia e mandioca).	BR-101
Mata Atlântica	9,5%	7%	Cacau e pecuária bovina. Outras atividades agrícolas (cravo-da-índia, guaraná etc), turismo, o Pólo de Informática de Ilhéus, indústrias de vestuário, tecidos, calçados e derivados do cacau, além do ecoturismo.	BR-101 e Porto de Malhado (Ilhéus).
Metropolitano	21,5%	63,0%	Indústria química, metalúrgica, siderúrgica, de plásticos, bebidas, fertilizantes. Prevista a implantação de unidade industrial da Ford. Turismo e indústria cultural.	BR-324 e Portos de Aratu e Salvador.
Grande Recôncavo	16,6%	9,8%	Setor agrícola: laranja e fumo; Indústrias de calçados e bebidas estão sendo atraídas para alguns de seus municípios.	Entrocamento Rodoviário do Nordeste (BA-052, BR-242, BR-116 e BR-324), além dos Portos de Aratu e Salvador.
Planalto	13,4%	5%	Cafeicultura, pecuária, cacau e algodão. Implantação recente da indústria de calçados nos municípios de Itapetinga e Jequié.	BR-116.
Nordeste	9%	2,6%	Pecuária bovina e caprinos. Produção de grãos (feijão, milho, arroz, amendoim e algodão).	BR-101 e BR-242.

Fonte: Elaboração própria a partir do Plano Plurianual 2000-2003, p. 14-19.



Desta forma, os eixos inserem-se estrategicamente nos planos de escoamento de produção do estado. Existem duas vias principais de escoamento: a do litoral<sup>19</sup> (através da BR 101 e da BR 116, além de um projeto de construção de uma ferrovia federal que reforçaria ainda mais esse fluxo) e a do interior (através das hidrovias do Rio São Francisco, Rio Grande e Rio Corrente, ainda sendo viabilizadas). Cruzando as rodovias principais, existem ainda quatro outras vias secundárias.

A distribuição dos eixos de desenvolvimento parece aproveitar ao máximo as potencialidades do “sistema baiano de escoamento da produção”: espera-se reduzir custos e dar uma maior competitividade aos produtos locais no Brasil e no Mercosul. Acredita-se ainda que a região central do estado (onde se situam os eixos Nordeste e Planalto, os menos desenvolvidos da Bahia), no futuro, poderá usufruir das vantagens do crescimento do intercâmbio entre os dois fluxos principais através dos secundários.

#### ***4.2 Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia***

O Programa Estratégico é uma proposta de ação de longo prazo que tem como finalidade assegurar o ingresso da economia baiana num novo ciclo de crescimento industrial, baseado no fortalecimento de cadeias produtivas de alto valor agregado, na criação de um ambiente externo capaz de possibilitar a formação de novos centros de produção e distribuição – mão-de-obra qualificada, centros tecnológicos e de pesquisas, clima de negócios, entre outros fatores – e numa política de desconcentração dos investimentos visando evitar a fragmentação sócio-espacial do desenvolvimento.

O Programa foi elaborado pela Inter-B Consultoria Internacional de Negócios, sob a coordenação da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), e tem sua implementação condicionada a programas e projetos específicos e a arranjos institucionais e de gestão pública e privada.

A característica mais marcante do Programa é o caráter essencialmente indicativo das suas proposições, com a definição dos objetivos estratégicos em função do modelo de desenvolvimento que se pretende implantar no estado nos próximos anos. Esta orientação, no primeiro momento, dispensa a apresentação antecipada de metas de produção e de mobilização de recursos produtivos e concentra suas prioridades no alcance dos objetivos a seguir discriminados:

- Reverter a tendência predominante no estado de produtor de *commodities industriais*, de modo a induzir a formação de cadeias industriais integradas (malhas) e facilitar a implantação no estado de empresas competitivas que busquem uma maior agregação de valor aos seus produtos;
- Reduzir as disparidades decorrentes da má distribuição da atividade econômica, potencializando as vocações regionais identificadas;
- Inserir a economia baiana nas correntes globalizadas de comércio, através da oferta de produtos menos sujeitos às flutuações cíclicas de preços.

---

<sup>19</sup> Dentro desta via, há o projeto de construção de uma ferrovia federal. Este empreendimento dará ainda mais consistência ao fluxo do litoral.

Considerando a complementaridade dos objetivos apresentados e os requisitos necessários à implementação de suas ações, pode-se afirmar que o adensamento<sup>20</sup> de cadeias produtivas e a desconcentração espacial dos investimentos são os maiores desafios do Programa na busca desse novo padrão de desenvolvimento industrial.

#### **4.2.1 Estratégias Adotadas e Requisitos**

A estratégia de desenvolvimento industrial proposta no estudo da FIEB e da SEPLANTEC desdobra-se num conjunto de ações programáticas que requer atuação articulada entre Estado e sociedade, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento de uma política de redes de comunicação através da abertura de novos e eficazes canais de informação entre os setores público e privado. Neste sentido, o programa identifica as seguintes ações estratégicas e requisitos:

- Consolidação de cadeias produtivas, estimulando a formação de elos a jusante e a montante, promovendo a agregação de valor e possibilitando a densificação industrial no estado. Esse processo requer uma oferta de mão-de-obra qualificada, a ampliação da base empresarial, tanto a local como aquela atraída pelos programas de incentivos, e uma melhor articulação no mercado com relação a fluxo de informações e transferências tecnológicas;
- Transformação de um modelo industrial polarizado, excessivamente concentrado espacialmente, em um modelo desconcentrado, privilegiando regiões periféricas de áreas já desenvolvidas e regiões com vocações industriais bem definidas, inclusive aquelas que hoje passam por processos de realocação industrial. Para tanto, deve-se promover a desconcentração da infra-estrutura física – transportes, comunicações e energia – dos serviços de saneamento e de educação e qualificação de mão-de-obra;
- Adoção de um conceito mais abrangente de “indústria”, estabelecendo o seu significado como sendo a articulação de todos os passos no processo de transformar determinados insumos em produtos finais: geração primária, tecnologia e pesquisa, serviços técnicos e de apoio industrial, transformação industrial propriamente dita, comercialização e pós-comercialização. De forma oportuna, menciona-se no Programa que não necessariamente todas essas etapas deveriam ser internalizadas no estado, mas se enfatiza a importância de sua articulação e integração;
- Criação de bases operacionais para integração competitiva das empresas aos fluxos internacionais de comércio, levando-se em consideração a nova realidade econômica que se busca implantar, baseada em complexos industriais mais densos e de maior conteúdo tecnológico;
- Continuidade da ação governamental através da concessão de incentivos fiscais e financeiros na promoção e atração de novos investimentos. Esta estratégia demanda um Estado organizado financeiramente e com capacidade de suportar a chamada competição regulatória (guerra fiscal) num cenário de estabilidade macroeconômica. A Bahia preenche esses requisitos, apresentando um equilíbrio financeiro em suas contas, o que fortalece a capacidade governamental de exercer a renúncia fiscal, mesmo reconhecendo que esta estratégia é insuficiente para garantir o seu desenvolvimento regional sustentável nos próximos anos.
- O novo eixo do desenvolvimento industrial sustentável do estado da Bahia nos próximos anos apóia-se, em síntese, no estabelecimento de políticas voltadas para i)

<sup>20</sup> Adensamento ou densificação industrial é o processo de constituição de empresas, articuladas em rede, seja como provedoras ou demandantes no interior de cadeias produtivas, ou como ofertantes nos mercados globais.

densificar o tecido industrial ii) criar as bases para uma espacialização produtiva mais equilibrada iii) melhorar o entorno e as condições sistêmicas de competitividade do estado e iv) integrar as empresas do estado aos fluxos interestaduais e internacionais mais dinâmicos de comércio.

#### **4.2.2 Programa de Densificação Industrial e Espacialização Produtiva**

O núcleo central do Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do estado da Bahia é o Programa de Densificação Industrial e Espacialização Produtiva, que compreende os componentes de encadeamento vertical e desenvolvimento de fornecedores, a espacialização produtiva do emprego e renda, consubstanciada no projeto de realocação industrial, e a vertente do comércio exterior.

##### **4.2.2.1 Projeto Cadeias Produtivas**

O objetivo de adensamento das cadeias produtivas locais surge da necessidade de reversão da tendência do estado como produtor de *commodities* industriais, cujos insumos e matérias-primas dos seus principais complexos representam cerca de 73% da transformação industrial do estado: químico-petroquímico (50,5%), metalúrgico (10,3%), alimentício (7,2%) e papel e celulose (5,8%)<sup>21</sup>.

As ações estruturantes desse movimento envolvem, além do encadeamento vertical e do desenvolvimento de fornecedores, políticas de treinamento de mão-de-obra, melhoria da capacidade de gestão dos empreendimentos, disponibilidade de financiamentos, desenvolvimento tecnológico e de design, processos de comercialização, ações relativas ao meio ambiente e adequação do aparato tributário, entre outros aspectos.

##### **4.2.2.2 Subprojeto de Encadeamento Vertical**

Este subprojeto pode ser melhor visualizado através do desenvolvimento das suas ações estratégicas e/ou dos seus objetivos básicos, conforme discriminado a seguir:

- Verticalização da produção petroquímica através do desenvolvimento do segmento de terceira geração, constituída pelas indústrias de transformação plástica. Os esforços neste sentido concentram-se na concessão de incentivos fiscais (BahiaPlast) e financeiros (Probahia);
- Desenvolvimento do setor de autopeças no entorno do pólo automobilístico, alavancando o consumo de resinas termoplásticas, tecidos e metais;
- Integração do complexo carne-soja através das interligações entre o consumo da ração de soja, que será disponibilizada, e a produção de carnes; por outro lado, a montante deste processo haverá também indução à produção de fertilizantes na área do pólo petroquímico;
- Estímulo à produção moveleira no Sul do estado, em função da disponibilidade de matéria-prima a preços competitivos;
- Incentivo à produção de manufaturados no setor de pedras ornamentais, bem como à ampliação das possibilidades de acesso às informações de mercado e a canais de comercialização mais sofisticados.

---

<sup>21</sup> Estes dados são aqueles apresentados no Programa e, pelo fato de serem um pouco mais antigos, divergem daqueles apresentados na seção 3 deste documento, sem comprometer, entretanto, as conclusões a que se pode chegar através de sua análise.

#### **4.2.2.3 Subprojeto de Desenvolvimento de Fornecedores (“Faz Aqui”)**

Este subprograma tem como objetivo estimular o uso do poder de compra das organizações públicas e privadas do estado como um instrumento de auxílio ao seu desenvolvimento industrial e tecnológico. Essencialmente, busca-se direcionar para os fornecedores locais um maior volume de compras, contribuindo assim para um aumento de suas escalas de produção e uma melhoria de qualidade, através de maiores níveis de exigência dos compradores.

#### **4.2.2.4 Projeto de Relocalização Industrial**

O objetivo deste programa é desenvolver ações para captação de investimentos de empresas industriais que busquem melhorar sua competitividade transferindo-se para regiões com oferta de mão-de-obra a custo competitivo, que disponham de infra-estrutura e incentivos governamentais adequados e que ofereçam condições preferenciais de financiamento.

Entre as ações prioritárias do programa, destacam-se: formação e capacitação de mão-de-obra, parcialmente remunerada pelo estado durante o período de treinamento; melhoria da infra-estrutura de áreas selecionadas; capacitação de recursos humanos dos municípios para gerenciar regimes de incentivos fiscais, programas de treinamento e manutenção de infra-estrutura; e vinculação dos *campi* universitários aos projetos de formação e qualificação de mão-de-obra nas áreas de influência.

#### **4.2.2.5 Projeto de Desenvolvimento Tecnológico**

Este projeto objetiva, essencialmente, criar condições institucionais para possibilitar a implantação e difusão da inovação e do desenvolvimento tecnológico no estado, integrando a Bahia a um novo padrão de desenvolvimento industrial. Sua emergência ocorre num contexto de fraca articulação entre os órgãos de pesquisa locais e de reduzidos investimentos em C&T, o que resulta num baixo grau de eficácia do sistema estadual de inovação.

Neste sentido, propôs-se a institucionalização do seu Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia (SEC&T), formado pelas instituições privadas, organizações não-governamentais e órgãos de pesquisa dos governos federal, estadual e municipal, cuja finalidade, conforme consta no próprio Programa Estratégico, é estabelecer uma estrutura informatizada e em forma de rede “para promover e facilitar a integração entre todos os usuários e agentes do universo estadual de C&T, com vistas ao estabelecimento de densidade, ambiência e sinergias”.

#### **4.2.2.6 Projeto de Desenvolvimento do Comércio Exterior**

O objetivo deste projeto é incentivar o crescimento e diversificação das exportações do estado, através de:

- Fortalecimento das instituições voltadas para a promoção comercial, a provisão de informações, a assistência empresarial, a formação de recursos humanos e a mobilização de recursos financeiros voltados para a exportação;
- Esforço governamental na coordenação de recursos financeiros federais, regionais e de entidades financeiras internacionais capazes de impulsionar o dinamismo exportador da indústria; e

- Constituição pelo Governo do Estado de um fundo para garantir parte do risco de crédito nas operações de financiamento às exportações, principalmente quando realizadas por pequenas e médias empresas.

### 4.2.3 Demais Programas

Os demais programas componentes do Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia referem-se às temáticas de integração logística, educação para a competitividade, suprimento energético e participação privada em serviços de saneamento.

Como exercício metodológico, a inserção ou enquadramento desses programas na estratégia de desenvolvimento industrial do estado deve obedecer a uma estruturação na qual os objetivos de desconcentração espacial remetam diretamente às ações dos Programas de Integração Logística (projetos de revitalização e desenvolvimento dos portos, rodovias e competitividade logística, integração intermodal e nó logístico da Bahia) e de Melhoria das Condições Sistêmicas: Energia e Saneamento (projetos de suprimento energético e de descentralização e participação privada no setor de saneamento).

De outra parte, o Programa de Educação para a Competitividade e seus projetos de educação à distância, educação profissionalizante em setores emergentes e de formação de cultura empresarial e fomento ao associativismo apontam para a densificação da malha industrial do estado.

## 5 Perspectivas

### 5.1 Perspectivas da Economia Brasileira

A desvalorização do real, em janeiro de 1999, trouxe a perspectiva de retomada do crescimento econômico sustentável da economia brasileira a partir do ano 2000. Com a introdução do regime de taxas flutuantes de câmbio e a posterior mudança da âncora cambial para a âncora monetária (metas de inflação), a taxa de juros perdeu sua função na determinação do equilíbrio externo e passou a ser utilizada na perseguição das metas de inflação, proporcionando juros reais significativamente menores. A desvalorização cambial trouxe ainda expectativas positivas em relação à balança comercial. Déficits em conta corrente menores vêm sendo financiados em grande parte por investimentos diretos. Todavia, o crescimento das importações, que seria uma consequência do crescimento do PIB brasileiro, somente poderá ser neutralizado através de uma elevação do fluxo de exportações, estreitamente associado à manutenção do crescimento do comércio mundial e, portanto, a um quadro de *soft landing* da economia americana.

Deste modo, a retomada do crescimento seria liderada pelas exportações e pelo investimento, favorecido por taxas de juros em trajetória decrescente. Contudo, o financiamento do investimento também dependerá da melhora da poupança do governo, uma vez que a elevação da taxa de poupança total ocorrerá em uma situação na qual deseja-se reduzir a participação na poupança externa, diminuindo-se, portanto, a vulnerabilidade do país a crises internacionais, e na qual a poupança privada apresentará queda substancial decorrente do forte aumento de impostos incluído no ajuste fiscal de 1999.

Neste contexto, o ajuste fiscal iniciado pelo governo em 1999 representa uma etapa importante, por sinalizar, em primeiro lugar, um aumento na poupança do governo, e, em

segundo lugar, porque a retomada dos investimentos depende das expectativas de consolidação da estabilidade econômica, dado que a persistência de expectativas de baixa de inflação depende fundamentalmente do cumprimento das metas fiscais. Porém, o ajuste fiscal deve ocorrer em bases permanentes, o que requer não apenas a contenção do déficit público, como medida de curto prazo, mas também a manutenção de superávits permanentes. Para isto, é necessário implementar mudanças na legislação, que é o que vem ocorrendo, como indica a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em síntese, as análises têm indicado uma trajetória de crescimento para a economia brasileira nos próximos anos condicionado a um processo de ajuste monetário e fiscal. Em que pese o fato de beneficiar-se deste processo, a Bahia deverá conceder especial atenção aos mecanismos de ajuste fiscal propostos, uma vez que estes têm significativos impactos sobre suas políticas de atração de investimentos, predominantemente baseadas na concessão de vantagens tributárias.

## **5.2 Perspectivas da Economia Baiana**

### **5.2.1 Novos Investimentos**

De acordo com informações publicadas na Gazeta Mercantil (Gazeta da Bahia, 04/05/2000), os investimentos públicos e privados anunciados para o período entre 1995 e 2005 totalizam US\$ 33,3 bilhões, colocando a Bahia na quarta posição no ranking nacional de atração de investimentos e na primeira posição na Região Nordeste. Ainda que os dados referentes ao total dos investimentos anunciados devam ser empregados com cautela<sup>22</sup>, a aplicação de uma metodologia unificada em todo o país pelo Centro de Dados da Gazeta Mercantil, de qualquer maneira, posiciona confortavelmente a Bahia em relação aos demais estados, uma vez que sua participação na atração de investimentos, considerando o total do país, é superior à sua participação relativa no PIB.

Ao considerar apenas o período 2000/2003 e o emprego de uma metodologia mais restritiva, a Seplantec (Bahia, Seplantec, 2000) chegou a um total de investimentos previstos para o estado de R\$ 16,0 bilhões, sendo R\$ 10,7 bilhões no setor industrial, R\$ 2,3 bilhões no setor de turismo, R\$ 2,2 bilhões em infra-estrutura, R\$ 560 milhões em agropecuária e R\$ 316 milhões em irrigação. Deve-se chamar a atenção para o fato de que, do total dos investimentos previstos para setor industrial, 77,6% referem-se à implantação de novas unidades (contra apenas 55,7% das intenções de investimentos coletadas em 1997, sendo o restante referente à ampliação de unidades já existentes)<sup>23</sup>. Embora este dado por si não indique necessariamente aderência aos objetivos de produção de bens finais no estado, eles podem ser usados ao menos com indicativos de uma tendência de diversificação da matriz industrial instalada na Bahia.

O maior investimento anunciado para o estado é, sem dúvida, o da implantação do projeto Amazon Ford, em Camaçari, que totaliza R\$ 2,15 bilhões. O outro grande investimento previsto é o da implantação da unidade da Monsanto em Camaçari, correspondente a um valor total de R\$ 990 milhões, com capacidade estimada de produção de 120 mil t/ano de diversas matérias-primas e 25 mil t/ano de herbicidas, conforme apontado na seção três

<sup>22</sup> Em virtude, sobretudo, da possibilidade de algumas intenções de investimentos anunciadas não se concretizarem de fato, das limitações metodológicas para captação de intenções de investimentos não divulgadas e da sua natural ênfase aos investimentos de maior porte.

<sup>23</sup> Uderman (2000, p. 95).

deste documento. No Extremo Sul, destaca-se o investimento na unidade industrial da Veracel para a produção de 750.000 t/ano de celulose a partir de eucalipto.

O setor de produção de calçados prevê também um volume expressivo de investimentos no estado. A Secretária da Indústria, Comércio e Mineração estima que o volume total de investimentos no setor alcance R\$ 260 milhões, sendo que uma parcela de R\$ 80 milhões deverá estar sendo aplicada até o final deste ano em nove plantas distribuídas por 25 municípios do interior do estado. Juntas, estas indústrias deverão gerar, de acordo com dados da SICM, cerca de 35 mil empregos diretos e mais de 100 mil indiretos.

No segmento de fruticultura irrigada, destacam-se os projetos de Salitre (60 mil ha) e Baixios de Irecê (30 mil ha), com previsão de investimento em irrigação de R\$ 1 bilhão nos próximos 15 anos. Outras regiões do estado têm também recursos previstos para irrigação, principalmente Bom Jesus da Lapa, Guanambi, Barreiras, Jacuípe e Paulo Afonso.

### **5.2.2 Projeções do Crescimento do PIB do Estado**

Dois elementos básicos podem servir de balisadores para estimativas de crescimento do PIB do estado nos próximos anos:

- Condições sistêmicas decorrentes do comportamento esperado da economia brasileira, envolvendo sobretudo a trajetória das taxas de juros e das taxas de câmbio, além da capacidade de atração de investimentos externos. Ainda que previsões desta natureza estejam condicionadas por fatores muitas vezes difíceis de prever, é lícito afirmar que, conforme evidenciado na seção 5.1 deste documento, que há um cenário relativamente otimista para o comportamento da economia brasileira nos próximos anos, sobretudo quando relativizado ao comportamento recente;
- A capacidade de atração de investimentos produtivos do estado. Sobre este aspecto, ainda que a Bahia venha apresentando um bom desempenho no período recente quando comparada com outros estados da federação, é preciso analisar de forma mais clara os impactos das alterações na legislação fiscal sobre a capacidade do estado permanecer atraindo investimentos mediante a concessão de benefícios de natureza tributária.

Apenas como referência, o PPA apresenta uma estimativa de crescimento de 3,9% para o PIB do estado no quadriênio 2000/2003. Ainda que previsões de que a Bahia poderia dobrar o seu PIB nos próximos dez anos sejam eventualmente mencionadas, é preciso alguma cautela na manipulação destes números, sobretudo quando se tem em mente que isto significaria uma taxa média geométrica de crescimento de 7,18% ao ano, excessivamente elevada mesmo em cenários bastante otimistas. Com base no comportamento recente da economia baiana, que vem recuperando sua participação relativa no PIB do Brasil nos últimos anos, e tendo em vista os investimentos anunciados para o estado, parece lícito supor que a economia baiana deverá crescer a taxas média um pouco superiores às taxas observadas no país. Isto significa dizer que, num cenário base que prevê um crescimento médio geométrico de 3,2% do PIB do Brasil nos próximos dez anos<sup>24</sup>, a Bahia deverá apresentar taxas de crescimento não superiores a 3,5% ao ano em média no mesmo período.

---

<sup>24</sup> Ver TD 04/00, Rev. 1.1.

## 6 Conclusões

A implantação do projeto Amazon Ford para a produção de 250.000 veículos por ano e a previsão de que outras montadoras podem aderir ao processo de desenvolvimento de um pólo automobilístico na Bahia denotam o alcance das mudanças pretendidas para a matriz industrial do estado nos próximos anos. Se a isso for adicionado o pretendido adensamento de determinadas cadeias produtivas, a exemplo dos segmentos de petroquímica e metal-mecânica, e a possibilidade de atração de fabricantes de autopeças para o entorno do pólo automobilístico, estarão criadas as condições para a existência de um forte segmento produtor de bens de consumo final verticalmente integrado. Outros investimentos previstos nos setores de calçados, papel e celulose, informática, turismo e agroindústria complementariam o panorama geral de um novo cenário para a economia do estado.

Conforme apontado ao longo deste documento, esse processo apóia-se num conjunto de fatores, entre os quais estão a disponibilidade de recursos naturais, a existência de uma sólida base produtiva de bens intermediários e uma forte capacidade governamental de articulação política e de promoção de equilíbrio fiscal, viabilizando a concessão de incentivos de natureza tributária.

Entretanto, a aprovação da Reforma Tributária pelo Congresso Nacional poderá inviabilizar a permanência dos incentivos, pelo menos na forma de renúncia fiscal atualmente praticada. Os projetos de reforma em discussão têm em comum a tentativa de alcance de objetivos similares: redução do número de tributos, eliminação de tributos cumulativos, simplificação da arrecadação e uma redução significativa da competição regulatória (a chamada “guerra fiscal”).

Algumas medidas sugeridas implicam restrições à continuidade dos incentivos fiscais estaduais. Por exemplo, a proposta de criação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) prevê a sua arrecadação pela União e posterior repartição, na proporção de 35% para os estados e 65% para a União, no ato do recolhimento bancário. Um outro tributo proposto, o Imposto Seletivo, criado para os estados, teria a finalidade de compensar as eventuais distorções da alíquota média do IVA, sendo a sua instituição acompanhada da fixação de uma alíquota mínima para todos os estados. Os incentivos, concedidos sobre a parcela que ultrapassasse a alíquota mínima, conforme estabelecido na proposta, seriam irrelevantes do ponto de vista da atração de investimentos, segundo algumas análises preliminares já feitas. O Governo da Bahia, por seu lado, já manifestou interesse na continuidade da sua política de atração de investimentos, inclusive com recursos de previsão orçamentária, na hipótese da reforma tributária inviabilizar a manutenção da renúncia fiscal.

Um outro aspecto relevante é a fixação dos investimentos já realizados nos estados do Nordeste após o fim da vigência dos incentivos fiscais responsáveis pela sua implantação. Argumenta-se que, com a eliminação ou redução dos incentivos, as empresas beneficiadas encerrariam suas atividades na região, atraídas por fatores locais mais atrativos em outros estados, sobretudo aqueles decorrentes de economias de aglomeração e da proximidade dos mercados de consumo. Este conjunto de preocupações vem indicando a necessidade de algumas intervenções na base econômica e social do estado, como forma de fixar os investimentos já implantados e de atrair novos empreendimentos aderentes à sua estratégia de desenvolvimento. A conjunção de crescimento e melhor distribuição de renda, com o conseqüente incremento da capacidade local de consumo, a melhoria dos níveis de educação fundamental e técnica e a melhoria da qualidade de vida nas cidades



seguramente teriam o poder de impedir a saída das empresas e ampliar o fluxo de investimentos.

O Desenbanco, no papel de Agência de Fomento da Bahia e de consultor do governo nas questões relacionadas com o desenvolvimento do estado, precisará fixar, de forma clara e alinhada com as prioridades definidas pelas Secretarias e Órgãos de Governo, o seu direcionamento político, proporcionando assim as bases para a formulação do seu planejamento estratégico. Neste sentido, deverá prover conhecimento sobre os diversos aspectos da economia do estado, nos âmbitos setorial e regional, subsidiando a formulação do planejamento e permitindo a aplicação de critérios na seleção dos setores e regiões a serem apoiados, uma maior segurança na concessão de crédito e uma maior capacidade de visualização de novas formas de inserção da agência na ação de desenvolvimento.

Com relação às estratégias gerais de desenvolvimento econômico do estado, foi possível concluir, ao longo do levantamento de informações necessárias para a elaboração deste trabalho, que há um razoável consenso entre as análises. Com efeito, a necessidade de densificação industrial, de incentivo à produção de bens finais e de desconcentração espacial não parece ser objeto de discordância entre os diversos segmentos que, de uma maneira ou de outra, lidam com a questão do desenvolvimento da Bahia. A despeito desta constatação, o aprofundamento destas questões parece requerer ainda análises um pouco mais acuradas, na medida em que a implementação destas estratégias impõe o estabelecimento de prioridades e um adequado encadeamento de ações com vistas ao cumprimento das metas fixadas num cenário de escassez de recursos. Entre os tópicos que parecem requerer análises mais detalhadas por parte do Desenbanco, podem ser citados, ainda que de forma não exaustiva, os mencionados abaixo:

- A integração logística, envolvendo a questão portuária, rodoviária e a hidrovía do São Francisco;
- A estratégia de atração de investimentos no novo contexto resultante da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Reforma Tributária, envolvendo uma análise cuidadosa dos programas de incentivo hoje em curso;
- Os impactos efetivos da implantação da indústria automobilística;
- O apoio ao segmento de micro, pequenas e médias empresas;
- A identificação de formas de apoio ao desenvolvimento do setor terciário, responsável hoje por mais da metade do PIB do estado;
- A questão do comércio exterior e seus impactos sobre o desenvolvimento;
- A adequada identificação dos elementos necessários para a fixação das indústrias atraídas para o estado por meio da concessão de incentivos, através da criação de vantagens competitivas sistêmicas de longo prazo e não apenas (ou majoritariamente) decorrentes de benefícios fiscais. Neste tópico, já se podem identificar os setores de calçados e de informática e eletro-eletrônica como merecedores de especial ênfase;
- A análise, do ponto de vista de seus impactos econômicos, do processo de privatização e concessão para exploração dos sistemas de distribuição de energia e serviços públicos em geral;
- A análise do comportamento esperado do setor petroquímico, responsável, conforme evidenciado neste documento, por cerca de metade do produto da indústria de transformação do estado, à luz dos processos de fusões, aquisições e rearranjos acionários em curso;
- O encadeamento a jusante da indústria petroquímica e uma análise do programa Bahiaplast;

- Análise dos dois principais pólos agroindustriais do interior do estado (Barreiras, com a cadeia grãos / carne, e Juazeiro, com a fruticultura irrigada) tendo em vista, inclusive, as restrições de natureza logística ao seu desenvolvimento;
- A análise do desenvolvimento da cultura de café;
- Análise de fontes de financiamento alternativas, considerando fundos de capital de risco e similares, sobretudo voltados para empresas de base tecnológica.

## **7 Anexos**

### **7.1 Anexo 1: A Bahia em Números**

#### **7.1.1 Indicadores Demográficos (IBGE – 1999)**

- População: 13 milhões de habitantes.
- Crescimento: 1,1% no período 99/98.
- População urbana: 62,4%
- Repartição por sexo: Homens (49,3%), Mulheres (50,7%).
- Número de municípios: 417.
- Área do estado: 567.295 km<sup>2</sup> (5º maior Estado do País em extensão territorial, alcançando 6,6% da área total do Brasil e 36,3% da região Nordeste).
- Concentração populacional: 33% dos habitantes vivem nas 10 maiores cidades.

#### **7.1.2 Indicadores Econômicos (1999)**

- PIB: US\$ 24,5 bilhões (IBGE/SEI)
- PIB per capita: US\$ 1,885 (Bacen)
- Participação PIB Bahia/Brasil: 4,4% (Bacen)
- Participação setorial do PIB: Setor primário (10,3%), Setor secundário (38,4%) e Setor terciário (51,3%) (SEI)
- Balança comercial do estado (US\$ bilhões): Exportação (1,581), Importação (1,465) e Saldo comercial (116) - (MDIC/Secex)
- Produção agrícola (grãos): 2,5 milhões de t (Conab)

#### **7.1.3 Turismo (Embratur/Bahiatursa – 1999)**

- 4 milhões de turistas/ano
- US\$ 850 milhões de receita/ano

#### **7.1.4 Indicadores de Infra-estrutura**

- Malha rodoviária: Pavimentada (12.371 Km) e Não pavimentada (111.845 Km) - (SEI – 1999)
- Malha ferroviária: 1.582 Km (FCA – 1999)
- Rede de água: 16.052 Km (Embasa – 1999)
- Consumo de energia: 16,2 Gwh (Coelba/Chesf/Copene/SEI – 1999)
  - No. de telefones: Convencionais (84/1.000 hab) e Celulares (34,2/1.000 hab) - (Mnate/Maxitel/Telebahia – 1999)

#### **7.1.5 Indicadores Sociais**

- No. de eleitores: 9,9 milhões (estimativa TRE - 1998)
- Índice de analfabetismo: 24,9% (IGE/PNAD/SEI)
- No. de veículos (1999): Estado da Bahia (902.735) e Cidade de Salvador (393.127, correspondentes a 79,53% de automóveis) - (Denatran/Detran – 1999)

#### **7.1.6 Qualidade de Vida e Saúde (1999)**

- Esperança de vida ao nascer: 67,4 anos (IBGE/SEI)

- Leitos hospitalares: 2,2 leitos/1.000 hab. (Min. da Saúde)
- Taxa de natalidade: 22,4 nasc./1.000 hab. (projeção IBGEE/SEI)
- Taxa de mortalidade: 51,5 mortes/1.000 nascidos vivos (1998-IBGE/PNAD)

#### ***7.1.7 Atendimento de serviços básicos (1998)***

- Água: 61,7%
- Esgotamento sanitário: 18,9%.
- Coleta de lixo: 36,9%.

## 7.2 Anexo 2: Eixos de Desenvolvimento

---

Ciente do seu novo papel de articulador do desenvolvimento através do provisionamento da infra-estrutura em torno da qual se devem desenvolver-se atividades produtivas resultantes de investimentos do setor privado, o Governo Federal definiu uma nova divisão geoeconômica para o Brasil através dos eixos de desenvolvimento. Esta divisão parece ter tido os seguintes objetivos principais: agrupar as regiões do país com potenciais e fluxos econômicos semelhantes de modo a possibilitar-lhes o melhor uso possível da atual e projetada infra-estrutura para os próximos oito anos e gerar um crescimento mais homogêneo e desconcentrado para a nação<sup>25</sup>.

O Governo da Bahia, dentro de princípios semelhantes aos da esfera federal, também resolveu reorganizar o espaço econômico do estado, segundo o conceito de eixos de desenvolvimento conforme indicado no Plano Plurianual 2000-2003. Desta forma, foram criados oito eixos, de acordo com suas especificidades econômicas e devidamente articulados com a infra-estrutura do Estado, e que foram uma das mais importantes bases de construção do PPA. Fica claro que o Desenbanco, enquanto agência de fomento estadual que tem como espelho de ação o PPA, precisa assimilar nitidamente esse novo conceito geoeconômico para exercer da melhor forma as suas atribuições.

Tendo como foco o Desenvolvimento Sustentável, o Governo Federal dividiu o país nos nove eixos de desenvolvimento indicados abaixo:

- Arco Norte;
- Madeira-Amazonas;
- Oeste;
- Araguaia-Tocantins;
- Transnordestino;
- São Francisco;
- Rede Sudeste;
- Sudoeste; e
- Sul.

Conforme assinalado no *Avança Brasil*, “O estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento é uma radiografia dos grandes problemas nacionais e das imensas oportunidades que o país oferece. Ao esquadrihar o território nacional, levantar as realidades regionais e identificar potencialidades e obstáculos ao crescimento, tornou possível compreender melhor o Brasil e definir caminhos para o desenvolvimento econômico e social”. Percebe-se, analisando esses números do orçamento, que o grande foco de injeção de recursos é a Infra-estrutura Econômica (cerca de 59% do total), seguida do Desenvolvimento Social (totaliza em torno de 37%), associado às funções básicas inerentes ao estado (educação, saúde, etc.). O quadro atual e o projetado daqui a oito anos, para o sistema de transportes nacional inserido eixo a eixo permite que se perceba naturalmente que a lógica da divisão desses eixos ajusta-se à infra-estrutura. Assim, a rede projetada de infra-estrutura (transportes, energia, telecomunicações, etc) talvez seja o principal fator para ter se chegado à divisão dos eixos, dada a importância destes fatores na competitividade para um país ou região.

---

<sup>25</sup> *Avança Brasil*, Plano Plurianual 2000-2003.

## 8 Referências Bibliográficas

---

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, N. 13, 1999.
- BAHIA. Governo do Estado. **Bahia de Todos os Tempos**: Plano Plurianual 2000-2003. Salvador: SEPLANTEC, 1999, p.259.
- BAHIA EM NÚMEROS. Salvador: SEI, 1999.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. **Tendências da economia baiana**. Salvador: Seplantec, 2000. 265 p. il. (Séries Estudos Estratégicos).
- CARNEIRO, Roberto A. F. e VIEIRA, Luiz Mário R. Reestrutura, Produtividade e Impactos da Abertura Comercial. *in* **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador: SEI, 1997. 114 p. (Série Estudos e Pesquisas, 37).
- COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI.  
[http://www.coficpolo.com.br/p\\_3.htm](http://www.coficpolo.com.br/p_3.htm).
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde, NASCIMENTO, Ivan do. Agricultura: recorde? **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.9, n.3, p. 37-46, dez./99.
- DESEMPENHO da Economia Baiana 1999 e Tendências para 2000. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 3, dez./99. Trabalho elaborado pela equipe da SEI.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. **Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia**. Salvador: FIEB/SEI, 1998. 190 p, il (Convênio FIEB/Governo do Estado da Bahia).
- GAZETA DA BAHIA. Bahia 2000. Guia do Investidor – 10 anos de economia baiana. Salvador: Gazeta Mercantil, 4 maio 2000.
- INFORMATIVO DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: PROMO, Salvador, jan./dez. 1999.
- INVESTIMENTOS por gênero – 1999/2004. **Bahia Investimentos**, Salvador, v. 4, n. 2, abr/97.
- PINHEIRO, Armando Castelar. Perspectiva de médio prazo para a economia brasileira: uma análise setorial. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 55-64, out./dez. 1999.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador: SEI, 1997. 114 p. (Série Estudos e Pesquisas, 37).
- UDERMAN, Simone. Perspectivas Industriais. *In*: **Tendências da Economia Baiana**. Salvador: Seplantec, 2000. p. 93-176.